

INSTITUIÇÕES E MERCADO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O NEO-INSTITUCIONALISMO

Edmilson Lopes Júnior

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociologia nos anos noventa aponta para um revigoramento criativo dos seus campos de estudos e a produção de novos marcos teóricos e analíticos. Essa renovação manifesta-se tanto na ligação entre os níveis micro e macro da análise social¹ quanto na rica aproximação com a história, a antropologia e a economia. O momento frutífero e criativo da sociologia expressa-se especialmente nos novos estudos da organização social da vida econômica.

¹ A percepção desse “novo movimento teórico” foi explicitado, há alguns anos atrás, por Alexander (1987). A ressalva que se pode fazer à investigação instigante do autor é que, passados quase dez anos desde a elaboração do seu artigo, é possível afirmar que mais que um movimento “pendular”, o “novo movimento” possibilitou não só o rompimento com o dogmatismo teórico como a consolidação de novas “regiões” na análise social.

Esses estudos, que emergem no mesmo momento em que ressurgem os estudos *trans*-nacionais e *trans*-culturais, caracterizam-se pela pressuposição de que a vida econômica não pode ser entendida se não se levar em conta as dimensões culturais e cognitivas das estruturas sociais e as instituições políticas nas quais está inserida. A importância cada vez maior dada ao conceito de *embeddedness* (imbricamento), resgatado e reformado “exemplarmente” por Granovetter (1985) a partir da leitura da obra de Karl Polanyi é uma evidência dessa nova realidade da análise sociológica.

A atenção dada pela sociologia à vida econômica é fruto não só de mudanças internas na própria disciplina, mas de mudanças significativas na constituição mesma do Estado, do mercado e das sociedades nacionais provocadas pela globalização da economia. Ao mesmo tempo, o cada vez mais evidente esgotamento do modelo neoclássico enquanto resposta teórica e prática às transformações cruciais da vida econômica e social na década de noventa abre imensas possibilidades para uma nova leitura social da organização econômica (Zukin & DiMaggio, 1990).

A implementação das políticas de reestruturação econômica, especialmente nos países do terceiro mundo, marcados por uma secular “dívida social”, foi deixando claro, no final da década passada, os limites das propostas minimalistas de Estado. O resultado pífio das propostas de liberalização e privatização implementadas sob a orientação de organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, FMI) e que, no caso de alguns países recém-saídos do socialismo real, contou com a presença direta de Departamentos de Economia de algumas universidades americanas, constitui a base para uma reconsideração do Estado e das instituições políticas. Tornou-se cada vez mais forte a idéia de que “*goste-se ou não, o Estado permanece central ao processo de mudança estrutural, mesmo quando a mudança é definida como ajuste estrutural*” (Evans, 1993, p. 109).

O próprio Banco Mundial, guardião da ortodoxia econômica, ao “considerar a possibilidade de que os problemas de seus clientes possam surgir não apenas de más políticas, mas de deficiências institucionais corrigíveis apenas no longo prazo” abriu caminhos para a “terceira onda” no pensamento sobre o Estado (Ibidem, p. 109)² e para a legitimação das análises institucionalistas da economia.

Ao mesmo tempo, as inquietantes questões colocadas pela globalização da economia vão desde a *reengenharia* das estruturas administrativas até a reestruturação das relações de trabalho (com a consolidação de novas formas de organização e uma outra divisão internacional) passando pela nova hierarquização das cidades imposta pelo complexo processo de *dispersão/centralização* espacial da administração do capital.³

Na economia, essas mudanças têm aberto espaço para programas de pesquisas importantes, os quais têm sido apropriados pelas novas pesquisas sociológicas, proporcionando um alargamento significativo da análise do social. Refiro-me especialmente à Nova Economia Institucio-

²Evans identifica três grandes “ondas” do pensamento político e econômico sobre o Estado no século vinte: a primeira foi expressa pelas diversas teorias do desenvolvimento nos 50 e 60, que apoiavam-se na crença de que a partir do aparelho de Estado poder-se-ia promover mudanças estruturais na sociedade, através do aceleramento da industrialização, da modernização da agricultura e da criação de uma infra-estrutura urbana; a segunda onda é aquela em que o Estado aparece como um “problema e predominam as teorias minimalistas e a redução da mudança estrutural a “ajuste estrutural”; e, por último, a “terceira onda”, que caracteriza-se por uma maior atenção à capacidade de ação do Estado “*não apenas no sentido de perícia e perspicácia dos tecnocratas no interior do aparelho de Estado, mas também no sentido de uma estrutura institucional que seja durável e efetiva*”.

³Vai nesse sentido o extraordinário trabalho de Sassen (1991) sobre a constituição das *ciudades globais*. Trata-se de uma apreensão sofisticada do impacto do processo de globalização da economia, especialmente do novo papel dos *serviços produtivos*, na construção da ordem social, política e econômica das cidades bem como na hierarquização entre elas.

nal, expressa nos trabalhos de Williamson (1975 e 1989) e à chamada “economia das convenções”, particularmente forte na França e que tem na *Revue Economique* o seu principal canal de expressão. O que marca esses estudos é a consideração das instituições como elementos chaves da vida econômica. Mesmo sem abandonar o quadro mais amplo do modelo neoclássico, alguns autores têm colocado importantes contribuições para pensar a economia e a sociedade. É o caso de Williamson com a sua teoria dos *custos de transação*.

A preocupação com a instituição e com os processos de institucionalização não só do mercado, mas de normas, valores e modelos organizativos vitais no mundo contemporâneo é o que marca a apropriação feita pela sociologia desses novos estudos econômicos. Ao mesmo tempo, ultrapassando as barreiras tradicionais entre a sociologia e a política (e a antropologia), os estudos institucionais têm aberto um leque amplo de preocupações temáticas e teóricas que torna difícil a sua identificação como um único *programa de pesquisa*. Afinal, pode-se incluir aí desde os trabalhos sobre a nova estrutura do capital e das relações capital e trabalho que Zukin e DiMaggio (1990) denominam de *nova sociologia econômica* até os estudos comparativos de processos revolucionários e da constituição das políticas do *Welfare-State* (Sckopol, 1993), apoiados nas contribuições de Charles Tilly e Immanuel Wallerstein e rotulados como expressões da *sociologia histórica*. Sem esquecer os trabalhos sobre a *construção social do mercado* (Zelizer, 1987 e 1992) e a análise das redes sociais (*networks*), uma das áreas mais ricas e sofisticadas da sociologia recente que consegue apoiar-se tanto nos saltos teórico-metodológicos proporcionados pelo *novo movimento teórico* quanto das técnicas avançadas de pesquisas baseadas na informática (Lazega, 1994).⁴

⁴Enquanto a análise organizacional em geral (e mais especialmente a neo-institucionalista) preocupa-se em saber como um campo de ação é estruturado no tempo através das estratégias de atores e o processo evolutivo dessas estru-

A apresentação sistemática das novas aproximações sociológicas das instituições deve incluir também a chamada *sociologia organizacional*, campo onde o termo *neo-institucionalismo* tem sido usado mais largamente para designar os estudos recentes. As instigantes análises de Perrow (1990 e 1992) sobre a absorção da sociedade pelas organizações apontam para uma atualização original da leitura weberiana da burocratização da sociedade e constituem-se numa das tentativas mais originais de apreender, desde uma perspectiva macro, a complexidade do social na atualidade.

As colocações acima demonstram o formidável campo de possibilidades de leitura da vida social aberto pela análise institucionalista. Não é nossa preocupação expor cada um deles de forma sistemática. O objetivo deste artigo é mais modesto: trata-se apenas de apresentar alguns temas e questões implicados na leitura institucionalista da sociedade. Preocupa-nos especialmente a ligação entre a Nova Economia Institucional e o Velho Institucionalismo Econômico do início do século.⁵

Um dos campos mais interessantes sobre os quais a leitura institucionalista investe é aquele da construção social do mercado. Como essas leituras, em geral, tomam como referência a obra de Karl Polanyi e o conceito de *embeddedness* dedicamo-lhes uma seção. Logo a seguir, de forma sintética, apresentamos alguns traços da análise neo-

turas, a análise das redes (*networks*) oferece os meios técnicos que permitem explorar rigorosamente a constituição e evolução das estruturas organizacionais (Lazega, 1994, p. 307).

⁵Para evitar confusão, gostaríamos de esclarecer o sentido dos diversos termos relacionados ao institucionalismo: por *institucionalismo* designamos as análises econômicas ou sociológicas que incorporam as instituições como fundamentais para a compreensão dos seus objetos de estudo; por *Nova Economia Institucional* designamos as análises econômicas (históricas ou não) empreendidas por Williamson e North; e por *Neo-institucionalismo*, as análises mais “sociológicas” (DiMaggio, Zelizer, Perrow e Faria).

institucionalista. A tentativa é menos de expor os seus conceitos e perspectivas analíticas e mais mostrar as suas potencialidades enquanto *programa de pesquisa*.

Para ilustrar a leitura social do neo-institucionalismo, tomamos como referências os trabalhos de Faria (1989) e Zelizer (1992). Tratam-se de trabalhos *exemplares* e que apresentam uma interessante semelhança não só em relação a perspectiva analítica como também no que diz respeito a alguns temas.⁶ O objetivo da exposição é simplesmente o da *ilustração*. Não nos propomos a resenhar nem a expor exaustivamente a lógica da análise social de cada um.

A título de considerações finais, tentamos apontar alguns limites e possibilidades da leitura social neo-institucionalista.

I - AS INSTITUIÇÕES COMO CHAVE DE LEITURA DA SOCIEDADE

Nesta parte buscamos expor algumas das elaborações e questões mais presentes nos estudos sobre as instituições. Iniciamos buscando delimitar uma definição de instituição, presente especialmente nos estudos da Nova Economia Institucional (NEI, daqui em diante); num segundo momento procuramos explicitar as diferenças entre o Velho Institucionalismo e a NEI no que diz respeito às instituições. Uma última seção desta parte será dedicada à exposição da *instituição* como contribuição para diminuir os “custos de transação”.

⁶ Tanto Faria quanto Zelizer referem-se, por exemplo, a evolução do *valor econômico* dos filhos na família durante a passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial ou pós-industrial. Eles estão tratando (Faria mais indiretamente) da mudança, operada pela integração na sociedade de consumo, da *criança útil* (enquanto força de trabalho doméstica e no campo e esperança de apoio à velhice dos pais) à *criança inútil* (não mais considerada como força de trabalho, nem arrimo para a velhice).

I.1 - INSTITUIÇÕES: BUSCANDO UMA DEFINIÇÃO

Em um interessante artigo sobre a “lógica da mudança institucional”, Levi (1991) chama a atenção para o fato de que “*grande parte da atualmente extensa literatura sobre instituições nem mesmo se preocupa em definir o termo*” (p. 80). A seu ver North (1990) seria uma exceção. Para esse autor, uma instituição tem como característica maior a capacidade de delimitar escolhas e possuir mecanismos de implementação de decisões (Levi, 1991, p. 80).

O mais importante é o papel regulador de comportamentos produzido pelas instituições. É isso que faz com que elas possibilitem a identificação dos parceiros (jogadores) diminuindo os riscos do contrato na mesma medida em que aumentam os custos dos comportamentos imprevisíveis. O que diferenciaria *instituição e organização* seria que a primeira diz respeito às *regras do jogo* enquanto a segunda, referir-se-ia à estruturação dos times ou partes em que se inserem os jogadores (North, 1990).

A definição precedente engloba um conjunto bastante amplo de instituições podendo-se incluir aí desde organizações formais até *procedimentos decisórios*. Levi (1991) propõe que se estabeleça uma determinada tipologia (por exemplo, instituições formais e informais). Do contrário, a análise das instituições tornar-se-ia inviável. Esse o caminho para evitar tratar formas tão distintas de regulação de comportamentos como a família, a empresa, a prisão e o mercado como basicamente similares.

O que nos interessa salientar sobre instituição é:

- a) a sua capacidade reguladora enquanto agência legitimadora de papéis, normas e valores;

- b) a sua *funcionalidade*,⁷ na medida em que contribui para a diminuição dos custos de transação, tornando “mais previsível” o comportamento dos atores.

Na construção de uma definição de *instituição* é interessante assinalar a distinção entre *ambiente institucional* e *arranjo institucional* (*institutional arrangements*). Enquanto o *ambiente institucional* diz respeito ao conjunto das regras políticas, sociais e jurídicas fundamentais que definem a base para a produção, o escambo e a distribuição, as quais são exemplificadas pelas regras que governam as eleições, o direito de propriedade e o direito contratual; o *arranjo institucional* refere-se à “estrutura” que possibilita a cooperação (ou competição) entre os membros intra ou inter-instituições. É essa mesma estrutura que pode determinar mudanças na legislação ou no direito de propriedade, por exemplo. (Williamson, 1994, p. 42)⁸

I.2 - O VELHO INSTITUCIONALISMO E A NEI

O institucionalismo americano foi a heterodoxia econômica das décadas de 20 e 30. Tendo por base os estudos pioneiros de Thorstein Bunde Veblen e Jon R. Commons, o *velho institucionalismo* constituiu-se numa das mais importantes tentativas de crítica não-marxista à economia política marginalista. Rejeitando a concepção racionalista da ação

⁷ Uma interessante crítica ao funcionalismo da concepção da NEI sobre as instituições é feita por Elster (1994).

⁸ Apoiando-se nessa definição, Williamson (1994) vai propor um esquema muito interessante (especialmente para as análises da ciência política), composto pelos seguintes elementos: *ambiente institucional*, *estrutura de governo e indivíduos* como “bases” centrais; e *influência, parâmetro de mudança, política eleitoral, condicionamento social e assunto comportamental* como o que estrutura o relacionamento entre aquelas “bases”.

e as visões hedonistas do comportamento, esse institucionalismo elegeu as instituições econômicas do capitalismo industrial ocidental (e mais especialmente americano) como objeto de investigação da economia política.

Rejeitando o naturalismo da economia ortodoxa, que buscava assimilar os fenômenos sociais aos fenômenos naturais considerando-os fora de qualquer controle ou regulamentação, o institucionalismo desenvolveu a idéia de que os arranjos sociais são passíveis de modificação pela ação coletiva. Assim, a ordem econômica e social era concebida como sendo criada e mantida por ajustamentos institucionais voluntários que se construíam indo contra a “ordem espontânea do mercado”.

Em relação à postura metodológica, o velho institucionalismo substituiu a predição, característica da economia ortodoxa, pela descrição e deu um maior privilégio aos estudos de caso e às verificações estatísticas. A preocupação com trabalhos empíricos marca especialmente a geração de institucionalistas que sucede Veblen e Commons, cujas obras eram predominantemente teóricas.

O institucionalismo foi um movimento teórico vigoroso que articulou-se com o que havia de mais avançado na universidade americana na passagem do século: a filosofia pragmatista de Charles Peirce e William James. Esses pensadores e outros mais, reunidos em torno da primeira universidade laica americana, a Universidade Johns Hopkins (Baltimore), absorveram o método experimental e a teoria evolucionista (baseada nas pesquisas então recentes de Darwin), tornando-os emuladores de uma filosofia nova.

Esse pensamento inspirou fortemente Veblen.⁹ Apoiando-se, por exemplo, em “Princípios de Psicologia” de James, Veblen empreende

⁹ As reflexões de Veblen sobre a ciência ganham cada vez mais espaço na atualidade. Ver a respeito os seguintes artigos, publicados na *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*: Barañano (1993a e b) e Veblen (1993).

uma vigorosa crítica à perspectiva psicológica da economia marginalista. A originalidade desse pensador, que é considerado o “pai fundador” do institucionalismo, foi ter assinalado a importância da cultura para a análise econômica. Para ele, os “*esquemas culturais nos quais se insere a ação do homem são o produto de sua herança, de sua experiência passada, traduzidas por intermédio de tradições, de convenções...*”. À essa idéia ele unia a proposição de que ação econômica não poderia ser desvinculada do contexto cultural que forma “*um complexo orgânicos de hábitos de pensamento*” (Renault, 1992, p. 181).

O pensamento de Veblen, especialmente aquele presente em *Teoria da Classe Ociosa*, influenciou fortemente uma das principais obras de Pierre Bourdieu (1979). Veblen desenvolveu a idéia de que o fundamento da propriedade está na rivalidade e que a detenção de riquezas confere honra. Mas para atrair a estima e atenção dos outros não basta ter riquezas; é necessário mostrá-la. Daí a sua preocupação com o lazer e o consumo, formas de tornar visível a riqueza e bases para a conquista de *distinção*.¹⁰

A tradição teórica inaugurada por Veblen não foi acompanhada pela segunda geração de institucionalistas que, imersa no empirismo, não foi capaz de confrontar-se com novos programas de pesquisas, como a macro-economia, desenvolvida a partir das elaborações de Keynes, e o modelo walrasiano de equilíbrio, além da teoria dos jogos.

A NEI tem em comum com o velho institucionalismo a referência ao papel importante ocupado pelas instituições. Sua ambição é a explicação teórica das instituições em dimensões tão distintas quanto a história, a organização industrial e o direito. Distante da crítica do velho institucionalismo à economia ortodoxa, a NEI articula-se com o individualismo metodológico e não se constitui numa proposta de rom-

¹⁰ A respeito da influência da obra de Veblen na sociologia de Bourdieu, ver Lallement (1989).

pimento com a economia neo-clássica. Pelo contrário, a análise das instituições é realizada incorporando noções como a de *equilíbrio* (um dos pilares das formulações neo-clássicas). Os estudos mais teóricos de North (1981 e 1984), por exemplo, tomam sempre como referência o modelo formulado por Walras.

A NEI recupera as elaborações teóricas de Simon sobre a *racionalidade limitada*¹¹ e a noção de *imperfeição da informação* (formulada por Arrow) para fundamentar suas proposições teóricas sobre as empresas. Na sua análise sobre o papel das organizações numa economia de mercado, Menard (1989) afirma a centralidade da idéia de *racionalidade limitada*. A noção de racionalidade limitada não é exatamente uma novidade na análise econômica e muitos economistas neo-clássicos a aceitam sem problemas. No entanto, a racionalidade limitada é admitida somente nas *situações de incerteza*. Diferente é a proposição da NEI: apoiando-se na proposição de Simon (1957) de que o espírito humano tem uma capacidade limitada para formular e resolver problemas complexos, propõe-se que se pode ter racionalidade limitada em qualquer situação¹² da vida econômica e social.

É a partir dessa fundamentação teórica e da assunção da importância das instituições¹³ na vida social (talvez o único ponto de ligação

¹¹Assim é definida a racionalidade limitada por Simon: “*Pode-se designar como teoria da racionalidade limitada (bounded rationality) aquela que incorpora as condicionantes sobre a capacidade do ator em tratar da informação*” (1972, p. 561).

¹²Tomando por base os estudos de Simon e March, Menard (1989) identifica três situações fundamentais na vida econômica: “*as situações certas, onde as conseqüências das escolhas são conhecidas; as situações de risco, onde a distribuição das probabilidades associadas às conseqüências das escolhas é conhecida; e a situação de incerteza, onde não se pode mesmo associar uma probabilidade definida às conseqüências das escolhas*” (p. 780).

¹³Qual a diferença entre organização e instituição? Guerrien (1990) defende a idéia de que a fronteira entre ambas está longe de ser esclarecida. Isso porque na língua de origem do institucionalismo, o inglês, “organization” e “institution” são quase sinônimos.

com O Velho Institucionalismo) que a NEI empreende os seus movimentos teóricos mais significativos para o entendimento da organização social do mercado: a *teoria dos direitos de propriedade* e a *teoria dos custos de transação*.

A teoria dos direitos de propriedade busca apreender as consequências da instauração de tais direitos, especialmente sobre: o comportamento dos agentes e a distribuição e alocação dos recursos. Já a teoria dos custos de transação, que destacaremos melhor na seção seguinte, foi formulada inicialmente por Coase e torna-se, em particular na obra Williamson, um ponto nodal no modelo explicativo da NEI. A idéia central, formulada por Coase, é que a empresa é um instrumento necessário para a diminuição dos custos de transação.

As colocações acima deixam claro a distância de perspectivas entre as duas correntes de análise das instituições. De um lado, a crítica à economia marginalista a partir de uma dimensão cultural; do outro, a tentativa de reformulação do pensamento econômico, introduzindo conceitos e temáticas novas, mas sem propor uma ruptura com alguns dos principais pressupostos do modelo neo-clássico.

I.3 - A TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO

Enquanto para o velho institucionalismo, as instituições são um ponto de partida fundamental para a compreensão dos fenômenos econômicos e sociais, a NEI confere-lhes um estatuto diferente: as instituições respondem à internalização, feita pelos atores, dos limites e problemas (“imperfeições”) do mercado. Assim concebidas, as instituições são entendidas pela NEI como produto de *escolhas* de atores que, diante de algumas situações problemáticas (a incerteza do cumprimento das obrigações por todos os agentes do mercado e o oportunismo, por

exemplo), optam por efetuar contratos (o que exige estruturas organizacionais que os garantam) nas suas interações, do que buscar diretamente a troca no mercado.

Assim, “instituição” ganha um estatuto de algo oposto ao “mercado” (espaço da livre troca). A instituição é nada mais do que a configuração de contratos. É isso que leva membros da NEI a defenderem a idéia de que não só a economia, mas toda a sociedade é constituída por uma rede de contratos.

A noção de que as instituições são tentativas de minimizar os custos de transação impõe a resposta à questão: qual o origem desses custos de transação? A resposta de Williamson (1989) aponta em duas direções: a) a imperfeição da informação e a sua distribuição desigual entre os agentes; e b) a racionalidade limitada dos agentes.

Os dois elementos estão entrelaçados, pois, como afirma Menard (1989), a capacidade limitada faz com que mesmo em uma hipotética situação em que a informação perfeita esteja disponível, o agente individual não tem condições de decodificá-la. A combinação entre imperfeição da informação e racionalidade limitada dos agentes tem como produto a *incerteza*. A junção da incerteza com a repetição das transações cria as condições para o aparecimento do *oportunismo*.

Enfrentar esses dois custos de transação é o objetivo colocado para as instituições. Williamson¹⁴ dedica especial atenção ao oportunismo. Reduzir as condições que tornam possível a emergência do oportunismo e diminuir a incerteza aumentando ao mesmo tempo os espaços de escolha racional dos agentes e deixando claro os limites aos seus comportamentos estratégicos, são esses dois móveis importantes para a criação das instituições. Isso significa diminuir conflitos e socializar os agentes.

¹⁴ É interessante a conexão que Williamson faz de *O Príncipe, de Maquiavel*, com o oportunismo (1994; p. 45).

A preocupação com os custos de transação não é exatamente uma novidade em economia e muito menos uma elaboração da NEI. Williamson (1989) refere-se à definição de Kenneth Arrow de que os custos de transação seriam “*os custos de transação do sistema econômica*”. Os economistas da NEI e os neo-institucionalistas (da Sociologia e Ciência Política) têm estendido essa noção para o conjunto da vida social. North (1984), por exemplo, toma esta proposição para explicar o surgimento do Estado. Este seria uma típica organização, cujo sentido de sua existência teria por objetivo reduzir os custos de transação.

O significado maior da adoção dos *custos de transação* como elemento explicativo da gênese das instituições, na análise econômica, é o rompimento com a concepção do mercado como o elemento responsável pela coordenação das ações econômicas. Para a análise sociológica, a aproximação com a teoria dos custos de transação, fornece importantes *insights* para refletir sobre a institucionalização da sociedade em dimensões outras que aquelas a que se atém os teóricos da NEI (quase exclusivamente econômicas, apesar da defesa de generalização dos seus pressupostos). De outro lado, a centralidade dada aos contratos para o enfrentamento dos custos de transação abre imensas possibilidades de aproximação da NEI com as análises da política na sociedade contemporânea. Voltaremos a essa questão mais adiante em outra seção.

II - O MERCADO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Cada vez mais o mercado é tematizado por sociólogos. Há algum tempo terreno quase exclusivo dos economistas, o mercado passa a ser abordado pela sociologia levando em conta muitas das contribuições dos teóricos da NEI. Por outro lado, não são poucos os economistas a

incorporarem aspectos mais tradicionais da análise sociológica na pesquisa sobre o mercado.¹⁵

Numa tentativa de apreender um pouco a noção do mercado como construção social, uma concepção em muito tributária da análise institucionalista, tomaremos como referência a análise de Karl Polanyi sobre a constituição (e colapso) da sociedade de mercado e, num segundo momento, tentaremos abordar o problema do *embeddedness*, caminho para uma aproximação com as análises mais atuais a respeito do mercado como construção social.

II.1 - A INSTITUIÇÃO DO MERCADO SEGUNDO POLANYI

A obra de Karl Polanyi (1886-1964) é uma das principais referências das novas pesquisas desenvolvidas sobre o mercado¹⁶. O ponto central da obra desse pensador, nascido em Budapeste, é buscar superar o naturalismo histórico na compreensão da gênese do sistema de mercado. Essa característica torna a sua uma das grandes obras do nosso século e a força do seu pensamento está presente em autores tão distintos quanto Bourdieu¹⁷ ou Williamson, além de todo um conjunto de trabalhos da antropologia francesa¹⁸ na década de setenta.

¹⁵Salvati (1993) aponta importantes questões para pensar a relação entre a economia e a sociologia. Segundo a autora, embora as transformações importantes por que passa a economia coloquem a necessidade, para o seu avanço científico, de um estreitamento da relação entre essas ciências, há um problema fundamental a ser superado: enquanto a economia possui um paradigma central, a sociologia não o possui.

¹⁶O livro organizado por Zukin e DiMaggio (1990) é um bom exemplo.

¹⁷A apropriação das idéias de Polanyi estão mais explícitas em Bourdieu (1980 e 1989).

¹⁸Na antropologia, o peso da obra de Polanyi pode ser conferido com a leitura de um conjunto de artigos publicado na revista *Annales*. Destacamos es-

Essa perspectiva teórico-metodológica leva Polanyi a assumir uma posição *substancialista* (em oposição a *formalista*) que se apresenta com toda força na idéia de que os fenômenos econômicos estão imbricados (*embeddedness*) no todo social do qual formam parte.

Em *A Grande Transformação*, sua obra mais conhecida, Polanyi (1980[1949]) defende a tese de que

“a idéia de um mercado auto-regulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade...” (p. 23).

Diante dessa situação, a sociedade foi obrigada a empreender medidas para proteger-se. Tais medidas, no entanto, significaram por si mesmas, a derrota prática da idéia da autoregulação pelo mercado.

Baseado nessa concepção, Polanyi propõe a idéia de que enquanto o liberalismo foi o resultado da intervenção do Estado, o que os economistas liberais denominaram de “conspiração anti-liberal” não passou de uma reação natural e espontânea de uma sociedade que percebia o perigo do sistema de mercado para a vida social e para a natureza.

Para chegar a essa compreensão, Polanyi faz uma reconstituição do processo de institucionalização do mercado, dando especial destaque aos acontecimentos históricos e aos fatos políticos e administrativos que levaram à conversão do trabalho, da terra e do dinheiro em *mercadorias*.

A queda da “civilização do século XIX”, expressa no fim dos pilares dessa sociedade (o padrão ouro, o Estado Liberal, o mercado auto-

pecialmente Valensi, Randles e Godelier, além de (numa intervenção oral no debate) DUBY (1974). Os antropólogos apropriaram-se sobretudo dos conceitos de *reciprocidade* e *distribuição*, utilizados por Polanyi (1980) para explicitar a diferença das trocas nas sociedades tradicionais e na sociedade de mercado.

regulador e o equilíbrio de poder entre as potências), fez ascender, como consequência *perversa*, o nacionalismo e as “soluções fascistas”.

As obras de Polanyi e Veblen constituem-se, ao nosso ver, em duas das mais importantes críticas não-marxistas à teoria econômica liberal e, no caso de Polanyi, à noção de troca e à fábula da *mão invisível*. Ao defender a idéia de uma *economia na natureza*, caracterizada pela *re-distribuição* e não pela troca tal qual a concebem os economistas liberais, Polanyi chama a atenção para o fato de que não é em todas as sociedades que os fatores econômicos jogam um papel central.¹⁹

Nas sociedades tradicionais (ou sociedades sem mercado), onde “*os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente (...) o sistema econômico é mera função da organização social*” (Polanyi, 1980, p. 64). Os trabalhos de antropólogos e historiadores, mostraria ao contrário, “*que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais*” (p. 61).

Referimo-nos acima a uma das proposições mais interessantes de Polanyi e que é cada vez mais citada nos estudos atuais dos fenômenos econômicos: a idéia da inseparabilidade do econômico e do social (condensado na expressão *embeddedness of economy in society*). A idéia de Polanyi é que nas sociedades tradicionais o imbricamento entre economia e sociedade é maior e diminui nas sociedades de mercado, onde o econômico parece autonomizar-se.

Rejeitando a idéia de autonomização do econômico e de possibilidade de existência duradoura do mercado auto-regulável, Polanyi abriu o caminho, pela formulação da noção de *embeddedness*, para a redefinição do mercado. Uma redefinição que leva em conta as convenções, as regras, as leis, os sentidos, as paixões, os valores e todos os múltiplos mecanismos de sua estruturação social.

¹⁹Para fundamentar essa argumentação, Polanyi (1980, p. 59-69) recorre inúmeras vezes aos trabalhos de antropólogos, notadamente Malinowski.

II.2 - O EMBEDDEDNESS, O MERCADO E A CULTURA

Deve-se a Mark Granovetter, em grande parte, a disseminação atual da concepção da ação econômica como socialmente situada. Em um artigo publicado há quase uma década, Granovetter (1985) retoma a noção do imbricamento (*embeddedness*) do econômico no social, formulada por Polanyi, redefinindo-a. A idéia é que o *embeddedness* foi menor do que supõe Polanyi nas sociedades tradicionais (ou *sociedades pré-mercados*) e é maior nas sociedades modernas de mercado.

De uma certa forma, a noção de *embeddedness* tal qual defendida por Granovetter está articulada com a idéia da ação econômica como *ação social* no sentido weberiano. Ou seja, uma ação que se orienta por relação ao comportamento do outro e em função da significação que ela adquire num determinado contexto. Nesse sentido, a conduta que visa a maximização dos lucros “*não poderia, em princípio ser separada da busca da aprovação social, do status, da sociabilidade e do poder*” (Granovetter e Swedberg, 1991, p. 101).

Uma terceira proposição relacionada com as anteriores diz respeito a noção de que as instituições econômicas devem ser apreendidas como *construções sociais*. Ou seja, as instituições devem ser entendidas como produtos da história e da ação de atores que estão inseridos em relações sócio-históricas pré-existentes. Esse posicionamento distancia Granovetter das formulações da NEI (e mais especialmente da *teoria dos custos de transação* tal qual é formulada por Oliver Williamson) e o aproxima da percepção fenomenológica das instituições presentes na obra clássica de Berger e Luckman (1990).

As formulações de Granovetter constituem-se numa crítica vigorosa às noções de senso comum da economia ortodoxa. A visão neoclássica de mercado é fortemente rejeitada e abre-se espaço, superando o

atomismo de algumas variantes do individualismo metodológico,²⁰ para uma apropriação positiva das contribuições da antropologia e da história.

No entanto, o movimento teórico da *nova sociologia econômica* propõe-se a algo maior do que uma simples crítica à teoria econômica neo-clássica. Trata-se, segundo Zelizer, de

“repensar os fundamentos mesmos das relações de mercado demonstrando os múltiplos mecanismos de sua estruturação social. O objetivo desses trabalhos não é outro senão fundar uma concepção verdadeiramente sociológica do mercado como tipo particular de relação social institucionalizada implicando produção, consumo e troca” (Zelizer, 1992, p. 3).

O artigo de Zelizer do qual foi retirada a citação acima é uma interessante reconstituição das abordagens críticas sobre o mercado. Essa autora, que merecerá uma seção à parte mais adiante, embora reconheça a consistência das formulações de Granovetter, critica o seu *determinismo sócio-estrutural*, além da secundarização da cultura na análise do mercado. Identificando as proposições de Granovetter como situados no modelo do “mercado subordinado”, marcado pela ressurreição da dicotomia entre o *econômico* e *sócio-estrutural*, Zelizer propõe uma outra alternativa ao paradigma neo-clássico do mercado: o modelo dos “mercados múltiplos”.

A ambição desse modelo é superar “tanto o absolutismo econômico quanto o determinismo cultural e o reducionismo sócio-estrutural” (Zelizer, 1992, p. 3). Tomando Bourdieu como referência, o modelo dos “mercados múltiplos” considera os fenômenos econômicos como “*estritamente imbricados num conjunto de relações sociais e simbólicas*”.

²⁰ Para uma avaliação crítica do individualismo metodológico e como ele articula-se com outras correntes da sociologia americana da atualidade, ver Wacquant e Calhoun (1989).

Para Zelizer (1992), as relações sociais e os valores não se submetem passivamente a um mercado homogêneo e todo poderoso. Pelo contrário, “*são as relações sociais que determinam os mercados múltiplos criando de forma dinâmica novos modos de troca e repartição*” (p. 24).

Do nosso ponto de vista, o modelo proposto por Zelizer constitui-se num instrumento teórico para explicar a constituição e evolução de mercados específicos (pensamos aqui no “mercado de paisagens”, constituído pelo crescimento do turismo internacional). Ao incorporar a noção de “moedas específicas”, isto é, a idéia de que existiriam moedas modeladas “*por um sistema particular de fatores culturais e estruturais que as tornariam qualitativamente distintas*” (Zelizer, 1992, p. 24), o modelo dos “mercados múltiplos” constitui-se também num importante suporte para pensar formas particulares de trocas,²¹ superando a homogeneização de moedas e trocas do paradigma dominante na economia.

Embora o modelo proposto por Zelizer signifique um avanço em relação à análise “sócio-estrutural” proposta por Granovetter, especialmente pela tentativa de superação dos determinismos econômicos e sócio-estruturais e pela significativa incorporação do simbólico, trata-se de um modelo limitado para pensar no nível macro. A sua contribuição para pensar a nova cultura de mercado, a constituição de novas redes de consumidores e produtores e a globalização da economia, dentre outros, é muito limitada.

Situando-se a meio caminho das abordagens de Granovetter e Zelizer e incorporando contribuições dos dois, Zukin e DiMaggio (1990) têm apontando para questões de nível macro como, por exemplo, a inadequação das instituições atuais em responder aos desafios colocados pelas mudanças estruturais da globalização da economia. Ao mesmo tempo esses autores, na introdução de um livro por eles organi-

²¹ Uma bom exemplo da aplicação desse modelo é a análise feita do “mercado matrimonial” dos camponeses, realizada por Bourdieu (1989).

zado, preocupam-se com a cultura do *japonismo*, isto é, a hegemonia dos modelos japoneses de administração e organização da produção.

Zukin e DiMaggio flexibilizam a noção de *embeddedness*, usando-a como referência da natureza contingente da ação econômica no que diz respeito às suas dimensões cognitivas, culturais, sócio-estruturais e político-institucionais (1990, p. 12). Daí derivam-se noções com pretensões a categorias analíticas como *cognitive embeddedness*, *cultural embeddedness*, *structural embeddedness* e *political embeddedness*.

Acreditamos que as formulações de Zukin e DiMaggio fornecem importantes *insights* para a análise dos fenômenos ligados à reestruturação global dos mercados e à “acumulação flexível”, mencionados exemplarmente por Harvey (1992). A nova cultura ligada ao setor de serviços e à polarização social da sua concentração espacial, nos termos colocados por Sassen (1991) ou a constituição de redes (algumas delas étnicas, outras nacionais)²² de produtores e consumidores, são fenômenos passíveis de compreensão à partir das colocações dos autores acima mencionados.

As seções precedentes apontam algumas questões: qual o lugar da análise neo-institucionalista? Em que consiste sua novidade enquanto perspectiva de análise política e sociológica? Qual a relação (ou apropriação) que essa “corrente” faz das formulações da NEI e do velho institucionalismo americano? Buscamos a seguir, senão responder, pelo menos tocar em algumas questões relacionadas com essas perguntas.

²² O livro mais recente de Granovetter (1994) é dedicado à apreensão das sociabilidades produzidas pelas redes étnicas de trabalho.

III - A ANÁLISE NEO-INSTITUCIONALISTA

O campo comumente denominado *neo-institucionalista* é amplo o bastante para incorporar desde as elaborações de Paul DiMaggio, Charles Perrow, Sharon Zukin, Theda Skocpol, e Viviana Zelizer, dentre outros.²³ A diversidade de temas e filiações teóricas (e algumas vezes, disciplinares) não impede a identificação de um eixo comum: a recorrência às instituições ou aos processos de institucionalização²⁴ como elementos importantes de cognoscibilidade do social.

A nossa hipótese é que o *neo-institucionalismo* é, hoje, o mais frutífero movimento teórico-metodológico de articulação dos níveis micro e macro na análise social. A sua força explicativa manifesta-se na ampla repercussão dos seus pressupostos, que vai além da sociologia. Assim, é possível encontrar autores que não se identificam como neo-institucionalistas (ou que raramente citam os trabalhos mais consagrados do “movimento”) assumindo, muitas vezes implicitamente, proposições neo-institucionalistas.

Pode-se considerar, por exemplo, que os melhores argumentos dos parlamentaristas brasileiros, quando do plebiscito de 1993, expressavam uma posição institucionalista. Entendemos que as melhores intervenções no debate, foram feitas pelos autores e atores que davam prioridade à reforma institucional²⁵. Referimo-nos especialmente aos ar-

²³Para uma pesquisa mais detalhada sobre os trabalhos neo-institucionalistas (especialmente históricos), consultar os números mais recentes da revista *Theory and Society*, dirigida por Paul DiMaggio.

²⁴Temos claro a ambigüidade que ronda a palavra *instituições*. Para uma melhor compreensão dos múltiplos sentidos de *instituição* (além de *institucionalizar*), ver o excepcional trabalho de Reis e Castro (1993, p. 82, nota de rodapé nº 2).

²⁵A relação entre mudança institucional e estabilidade política ou ainda a proposição de que a necessidade da reforma institucional se impõe para responder à realidade de uma sociedade complexa, que sofreu mudanças estrutu-

tigos de Régis de Castro Andrade (1991 e 1993) e a um artigo de Arturo Valenzuela (1991) que, embora não se dirigisse especificamente ao Brasil, contribuiu enormemente para alguns dos melhores momentos da discussão sobre a necessidade de mudança institucional no país.

O mais significativo, no entanto, no movimento neo-institucionalista é a sua apropriação de distintas tradições teóricas, de uma forma rigorosa que não dá margens para acusações de ecletismo. Assim, Zukin e DiMaggio (1991) referem-se tanto à fetichização da mercadoria (Karl Marx) quanto à ação social tal qual é compreendida por Max Weber; Zelizer aproxima-se da teoria da prática (Pierre Bourdieu) e da fenomenologia de Berger e Luckman; e Perrow, articula sua análise das organizações com proposições clássicas de Talcott Parsons e a *teoria da estruturação* de Anthony Giddens.

Em certa medida, o neo-institucionalismo está mais próximo do velho institucionalismo econômico de Veblen, dada a importância conferida à cultura, do que do institucionalismo organizativo (sociológico) de Philip Selznick, cuja preocupação maior era o conflito inter-organizacional e as relações das organizações com o seu meio ambiente²⁶ baseado numa análise estritamente formal. Com relação à NEI, cujos trabalhos (especialmente os de Williamson e North) são frequentemente citados, os neo-institucionalistas incorporam as noções de *contrato* e de *custo de transação* como elementos explicativos da gênese das instituições. Distanciam-se, no entanto, do seu individualismo metodológico e do seu horizonte econômico neo-clássico. Quanto à racionalidade limitada, tendem a estendê-la dos atores individuais às organizações e

rais nas últimas décadas, foram importantes elementos *institucionalistas* das melhores argumentações parlamentaristas.

²⁶ Nos últimos anos tem ressurgido a preocupação com o *meio ambiente* das organizações. A nova *Organizational Ecology* preocupa-se em relacionar a *população de organizações* com as condições e recursos do seu *meio ambiente* (Hanan e Freeman, 1989).

incluem a visão de que as estruturas organizacionais comportam, no seu cotidiano, boa dose de irracionalidade. Os neo-institucionalistas ultrapassam a concepção de racionalidade limitada da NEI, chamando a atenção para as dimensões não-reflexivas, rotineiras e não questionadoras da maior parte das ações humanas.

Thelen e Steinmo (1992) ressaltam uma dimensão importante dos estudos neo-institucionalistas: a compreensão de processos históricos a partir de estudos comparativos (destaque às pesquisas histórico-sociológicas de Skocpol [1985]). Tais trabalhos buscam captar os *vetores institucionais* (Faria, 1989) tanto dos processos revolucionários quanto da modernização, das novas relações industriais e do *Welfare-State*,²⁷ dentre outros.

Uma outra dimensão importante dos estudos institucionalistas é o das organizações. Destaca-se aqui a tentativa de apreender os padrões, valores e regras que as constituem e como elas agem sobre os indivíduos e estes sobre elas (Thelen e Steimo, 1992). As proposições de Perrow (1991 e 1992) são, de longe, as mais instigantes e provocativas. A sua concepção de que as grandes organizações são os elementos centrais da sociedade norte-americana e que as instituições devem ser tomadas como a *chave* explicativa da política, da estrutura social e das crises dos anos oitenta e noventa expressa a posição neo-institucionalista mais radical. Se as organizações são tão importantes na atualidade, argumenta Perrow (1992), é porque elas já *absorveram* a sociedade.

“Hoje em dia a tecnologia é mais o produto das organizações que seu motor. A infra-estrutura social da sociedade, incluindo a religião e a família, tem sido conformada para fazer frente ao novo fenômeno e tem cada vez menos uma realidade independente. Finalmente, nossa psicologia social, isto é, nossos modos de construir a realidade, está mais e mais forjada por uma acomodação às organizações” (Perrow, 1992, p. 21).

²⁷Skocpol (1993) faz uma interessante reconstituição histórica e sociológica do Estado e das políticas sociais nos EUA do final do século XIX até a década de 30.

As organizações que merecem a atenção dos institucionalistas vão desde as grandes corporações empresariais e as universidades norte-americanas até as novas associações empresariais japonesas e coreanas, além das associações de assistência social de voluntários no Canadá. Quanto aos processos de *institucionalização*, as análises históricas e aquelas dedicadas ao estudo do mercado (muitas vezes identificadas como fazendo parte da *nova sociologia econômica*), mostram o vigor e a potencialidade da análise neo-institucionalista. E é sobre processos de *institucionalização* que tratamos, a título de ilustração, na parte a seguir do trabalho.

IV - DUAS ABORDAGENS DE PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

A universalidade e a força metodológica das novas abordagens neo-institucionalistas expressam-se em múltiplas direções. A análise dos processos de institucionalização é uma das mais significativas. Nesta parte apresentamos dois trabalhos que buscam apreender a institucionalização de dois fenômenos sociais importantes. Entrecruzando-se com outras tradições teórico-metodológicas, como é o caso do individualismo metodológico (na sua melhor expressão, articulado ao marxismo analítico) ou à *teoria da prática*, as análises institucionalistas de Vilmar Faria e Viviana Zelizer são duas das melhores expressões da potencialidade do *novo movimento teórico institucionalista* para a apreensão de processos específicos de institucionalização.

IV.1 - A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEMANDA POR REGULAÇÃO DA FECUNDIDADE NO BRASIL SEGUNDO VILMAR FARIA

A compreensão dos *vetores institucionais* da institucionalização da demanda por regulação da fecundidade no Brasil, realizada por Faria (1989), insere-se numa preocupação maior que é o entendimento da di-

nâmica populacional e das “transições demográficas” nas sociedades ocidentais. Tentando ir além das explicações convencionais, ancoradas no determinismo estrutural onde a desconsideração pela intervenção dos atores sociais concretos dá às estruturas (a proletarianização, a distribuição de rendas, o empobrecimento) o primado da explicação sobre “*a generalização das práticas de regulação e declínio nas taxas de fecundidade*” (p. 68), Faria propõe uma análise que leve em conta

“os processos concretos de mudança institucional, entendida como mudanças nas diversas estruturas que articulam orientações valorativas estratégicas, definem e redefinem as normas comportamentais que dão sentido à ação social, e estabelecem novos conjuntos alternativos a partir dos quais os atores individuais realizam suas escolhas” (Faria, 1989, p. 68).

Não se trata simplesmente de desconsiderar as explicações estruturalistas ou empiristas da dinâmica populacional, mas de adicionar um conjunto de elementos determinantes, que articulam *estrutura e ator social*, levando em conta os valores que orientam as escolhas dos atores. Ou seja, as *estruturas estruturadas e estruturantes* a que se refere Bourdieu (1992).

A proposta do trabalho é construir argumentos em defesa da idéia de que as políticas de crédito ao consumidor, de telecomunicações e previdência social e de atenção à saúde, “*foram estratégicas para acelerar processos de mudança sócio-cultural que tiveram um impacto decisivo sobre o declínio da fecundidade no Brasil...*” (Faria, 1989, p. 68).

É a insatisfação com a explicação geral, relacionando as mudanças na dinâmica populacional, especialmente a demanda por regulação da fecundidade, com a expansão do capitalismo urbano-industrial (e suas conseqüências sócio-estruturais), que leva Faria a defender a idéia de que

“é preciso investigar, em cada caso, como ocorrem as transformações materiais, sociais e culturais responsáveis pela mercantilização e secularização da vida social que alteram as orientações normativas e valorativas dos atores, seus interesses, suas preferências e o leque de suas alternativas de escolha em contextos institucionais relevantes para a regulação da fecundidade” (Faria, 1989, p. 71).

Na construção do argumento central de que políticas governamentais tão diversas como de crédito ao consumidor, de telecomunicações, de previdência e de atenção à saúde foram importantes para a institucionalização da demanda por regulação, a noção de *efeito não antecipado* ganha um importante estatuto teórico-metodológico em Faria. A idéia é que as políticas acima mencionadas não tinham objetivos explícitos (e quase certamente, não implícitos) de controle populacional. Trata-se de uma proposição tributária de Boudon (1979) e presente em formulações de muitos outros cientistas sociais, especialmente daqueles próximos ao individualismo metodológico.²⁸

A importância da noção de *efeitos não antecipados*²⁹ para a compreensão da contribuição das políticas anteriormente mencionadas na institucionalização da demanda por regulação da fecundidade explicita-se na seção intitulada “Importância e Resultados Gerados pelas Políticas de Governo”. Após referir-se às políticas de crédito ao consumo, de telecomunicações, de previdência social e de atenção à saúde (e de apresentar dados sobre a sua expansão no período pós-64), Faria afirma:

²⁸A análise de Faria incorpora instrumentais analíticos do individualismo metodológico, nas suas versões francesa e americana, mas está razoavelmente distante da explicação da “escolha racional”. Para uma compreensão dessa distinção, ver Przeworski (1988).

²⁹ Uma discussão sobre as “conseqüências não-intencionais da ação intencional” (o equivalente de efeitos não antecipados ou *perversos*) é trabalhada no primeiro capítulo de um dos principais livros de Elster (1985). Elster refere-se à *causalidade subintencional* e *causalidade supra-intencional*.

“O resultado global desses processos foi a integração real ou simbólica em uma sociedade de mercado e de consumo, onde os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, passaram a desempenhar função nodal na reprodução da sociabilidade; em que a política previdenciária assumiu - para o bem ou para mal - a responsabilidade securitária na velhice ou na viuvez; e onde a cultura médica expandiu a força de sua autoridade sobre crescente contingentes populacionais passando a regular, cada vez mais, novas esferas da vida social, medicalizando-as. Ora, tudo isso constitui um conglomerado complexo e inter-relacionado de vetores institucionais, portadores de constelações de conteúdos de consciência, que passaram a incidir sobre o comportamento dos atores individuais, potencializando a institucionalização da demanda por regulação da fecundidade marital, cuja possibilidade estrutural o avanço do desenvolvimento capitalista passou a ensejar” (Ibidem, p. 76).

A análise consegue ultrapassar a armadilha do dualismo metodológico entre *estrutura* e *ator*, levando em conta o contexto e os constrangimentos que *informam* as preferências dos atores. Ao mesmo tempo; toma tais preferências como estruturantes de uma nova realidade social. No caso, a demanda por regulação da fecundidade. Supera assim a “reificação das estruturas” sem incorrer numa análise do comportamento dos atores como orientados exclusivamente pela *razão calculadora*.

O trabalho de Faria (cujas referências empíricas e teóricas e a construção argumentativa demandariam um outro texto) evita a armadilha em que caem as pesquisas mais tradicionais sobre as instituições, especialmente aquelas construídas com base na teoria dos custos de transação, que é uma explicação funcional das instituições e dos processos de institucionalização. Assume-se que as instituições existem por que são úteis para diminuir custos e desconsidera-se o processo de construção das mesmas. No trabalho de Faria, ao contrário, mais importante do *por que* é a tentativa de apreender *como* se construiu o processo de institucionalização da demanda por regulação da fecundidade no Brasil.

Uma última consideração diz respeito às conclusões a que chega o trabalho. A ausência de uma política pública de oferta de meios de regulação da fecundidade, em parte legitimada por uma avaliação político-ideológica desastrosa de setores progressistas, teve como principal consequência a regulação exclusiva pelo mercado (através de meios legais ou não). Essa situação fez recair sobre os setores populares o ônus mais pesado da regulação da fecundidade, fazendo emergir assim um efeito perverso no sentido literal.

IV.2 - VIVIANA ZELIZER E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MERCADO DE CRIANÇAS NOS EUA

O trabalho de Zelizer (1987 e 1992) diz respeito a uma realidade dramática e desconcertante: a constituição e evolução do mercado de crianças nos EUA, no período de 1870 a 1930.³⁰ Zelizer trata de um fenômeno social que, resguardada sua particularidade, tem alguma semelhança com a questão tratada por Faria: os dois investigam fenômenos relacionados às representações sobre a família, os filhos e seus custos.

Num primeiro momento, o mercado de bebês diz respeito às “crianças úteis”, que se destinavam ao trabalho doméstico ou no campo. “Babás profissionais” e um conjunto de agências constituíram-se no final do século XIX, nas principais cidades americanas, com o objetivo de cuidar das crianças de mães solteiras ou de famílias pobres. Além de receberem uma determinada quantia em dinheiro da mãe, os profissionais tinham o direito de, chegado os sete ou oito anos, vender as crianças no mercado de trabalho infantil. Tratava-se de um mercado legiti-

³⁰ Mesmo circunscrevendo sua pesquisa a um determinado período histórico, Zelizer não deixa de fazer referências a evolução das representações sociais sobre a criança nos EUA até os dias de hoje.

mado socialmente e tido como honesto. As instituições governamentais combatiam apenas alguns “excessos” praticados pela agências ou pelas “famílias compradoras”.

Nesse mercado, as crianças tinham o seu preço determinado pela idade e capacidade de trabalho. As crianças deficientes ou mais frágeis, cujos preços não compensava anos de investimentos eram muitas vezes “descartadas”, abandonadas à alguma instituição de caridade ou à morte. Era também um mercado “democrático”: como o preço da criança era determinado pela sua capacidade de trabalho não havia muita preocupação em relação à cor da criança.

O que Zelizer procura apreender é como se constrói o preço da criança quando a adoção para o trabalho vai sendo condenada socialmente e começa a se instituir a “adoção afetiva”. Por outro lado, sua investigação diz respeito aos elementos determinantes para a institucionalização do mercado de bebês para a adoção afetiva.

A situação é paradoxal: quando as crianças tornam-se “inúteis” (para o trabalho), devido a pressão social e o aparecimento da legislação do trabalho, o seu preço monetário é acrescido enormemente.

“As preferências dos parentes adotivos do século XX, em matéria de sexo e idade, traduzem a evolução cultural por que passou a adoção. Enquanto no primeiro período, o valor dado à criança útil dava preferência às crianças robustas e de mais idade, especialmente do sexo masculino; num segundo momento serão os bebês e, mais especialmente do sexo feminino, que serão os alvos da procura” (Zelizer, 1992, p. 19).

O trabalho de Zelizer é uma vigorosa denúncia de um mercado que existe até os dias atuais. De forma legal e ilegal. Ao lado do “mercado negro”³¹ de crianças, onde um bebê branco e de olhos azuis

³¹ Para os que consideram a temática secundária, basta lembrar a rede de tráfico de bebês que existia nos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba,

pode alcançar o preço de 100 000 dólares, existem as agências legais, constituídas por escritórios de advogados e maternidades, que embutem o preço das crianças nos “serviços prestados”. A autora cita o caso de dois proprietários de agências dos anos 40 e 50, cujos faturamentos, em uma década, excederam um milhão de dólares. Um advogado do Brooklyn em apenas dezoito meses, no início dos anos cinquenta, faturou 160 000 dólares.

Para além dos contornos desse mercado, interessa apresentar a dimensão institucionalista da análise de Zelizer. Nesse sentido é importante perceber que um dos *vetores institucionais* (Faria, 1989) mais importantes para a constituição do mercado de bebês para adoção é a disseminação da *teoria da influência do meio sobre o indivíduo*. A noção de que “é o meio que conta” legitima tomar *como um filho* a criança adotada.

Outros dois vetores importantes são, de um lado, a construção ideológica da maternidade “como projeto de vida”³² e, de outro, o aparecimento da legislação trabalhista limitando o trabalho das crianças. Embora a maioria das crianças tenha sempre se destinado aos trabalhos domésticos, a legislação trabalhista e a idéia da maternidade como projeto de vida contribuíram para disseminar valores e representações que levavam tanto à valorização afetiva da criança quanto à condenação do trabalho infantil.

Enquanto a criança destinada ao trabalho (doméstico ou no campo) tinha como base para seu “preço” sua força de trabalho, a criança destinada a adoção por afetividade é representada socialmente como uma “criança sem preço”. Não se paga por afetividade. O paradoxo é

recentemente desmantelada e que envolvia médicos, advogados e juizes. O mercado de crianças é, na atualidade, um mercado internacional cujos contornos necessitam ser apreendidos.

³² Zelizer (1987) chama a atenção para o destaque dado pela imprensa a figuras do mundo artístico que passaram a adotar crianças “por amor maternal”.

que a “criança sem preço” ou “inútil” (Zelizer, 1987) redefine o mercado de crianças, aumentando seu valor monetário.³³

Quanto a determinação do preço da criança, Zelizer (1987) aponta que ele evolui na proporção em que cai a taxa de natalidade nos EUA. No entanto, trata-se de um preço, reconhece a autora, cuja expressão monetária é difícil de ser determinada. As suas análises levam ao reforço das noções de “moeda específica” e de “mercados múltiplos”.

“Existe um grande mercado de crianças, mas ele não coincide com o modelo neo-clássico de um mercado único, puramente instrumental, fora do alcance das perturbações sociais ou culturais. No caso das crianças, o mercado é determinado pela definição cultural das crianças que faz deles seres ‘sem preços’ e pela transformação social e econômica no seio da família” (Zelizer, 1992, p. 22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ruptura das antigas barreiras disciplinares, identificada como uma das expressões do pós-modernismo, tem propiciado a superação da chamada crise do “pós-funcionalismo” (Alexander, 1987), abrindo espaços para a constituição de um importante campo de investigação sobre as instituições e os processos de institucionalização. Campo aberto a múltiplas contribuições, define-se menos pela ligação a um paradigma e mais pela tentativa de articular os níveis micro e macro na análise do social e pela unidade temática (as instituições).

³³ Contrariando todas as perspectivas, o crescimento do mercado de crianças tem se mantido constante. Em 1975 uma pesquisa do Congresso americano estimava que, no mínimo, 5000 crianças eram vendidas anualmente.

As ricas possibilidades de análise do social abertas pela perspectiva neo-institucionalista são diretamente proporcionais à incorporação de distintas tradições teóricas e disciplinares, cujo exemplo mais ilustrativo é o da *teoria dos custos de transação*. O impacto causado pelas análises neo-institucionalistas, ultrapassam em muito os limites da sociologia. Um exemplo é o crescimento, especialmente na França, da chamada *economia das convenções*.

Por outro lado, a intersecção da análise neo-institucionalista com a nova sociologia econômica tem proporcionado às ciências sociais, em particular dos Estados Unidos, uma compreensão das grandes transformações por que passa o mercado e a vida econômica como um todo na atualidade. Tais mudanças têm provocado questionamentos sobre a explicação econômica tradicional, suscitando indagações sobre as dimensões culturais, sócio-estruturais e simbólicas envolvidas na feitura das economias e dos mercados em particular.

Ao mesmo tempo que abre uma possibilidade de tornar as ciências sociais mais competentes no entendimento das transformações do mundo atual, a análise neo-institucionalista exige também uma recuperação criativa da tradição das nossas disciplinas. Um só exemplo: como é possível analisar as performances econômicas de países como o Japão e Alemanha, sem levarmos em conta formulações sociológicas clássicas sobre os valores comunitários, familiares e nacionais? De outro lado, a análise neo-institucionalista tem avançado, em algumas das suas versões, para a elaboração de complexos modelos matemáticos, o que tem sofisticado a análise de determinados fenômenos sociais, como é caso dos fenômenos demográficos (Baum e Oliver, 1992). Por último, análises como as de Faria (1989) e Zelizer (1987 e 1992), mostram a potencialidade da análise institucionalista em contribuir para a compreensão de processos sociais os mais diferenciados.

O presente trabalho, marcado por uma leitura em construção da análise neo-institucionalista e de suas múltiplas derivações, objetivou chamar a atenção para um campo de análise social que tem ficado ao largo das nossas intermináveis discussões sobre a “crise das ciências sociais”. Constituindo-se não num novo paradigma, mas numa importante base para a afirmação de uma análise não-dogmática e criativa da vida social neste final de século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Jeffrey C. (1987). “O Novo Movimento Teórico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4; vol. 2.
- ANDRADE, Régis de Castro. (1991), “Presidencialismo e Reforma Institucional no Brasil”. *Lua Nova*, n. 24.
- _____. (1993). “A Reforma Institucional no Brasil”. *Lua Nova*, n. 28/29.
- BARAÑANO, Margarita. (1993). “Thorstein Veblen: Un Alegato en Favor de la Ciencia”. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 61.
- _____. (1993). “Veblen y el Homo Oeconomicus”. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 61.
- BAUM, Joel A. C. & OLIVER, Christine. (1992). “Institutional Imbeddedness and the Dynamics of Organizational Populations”, *American Sociological Review*, vol. 57, n. 4.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. (1990). *A Construção Social da Realidade*. São Paulo, Vozes. 8. edição.
- BOUDON, Raymond. (1979), *Efeitos Perversos e Ordem Social*. Rio de Janeiro, Zahar.

- BOURDIEU, Pierre. (1979). *La distinction: Critique sociale du jugement*. Paris, Minuit.
- _____. (1980). *Le Sens Pratique*. Paris, Minuit.
- _____. (1989), "Reproduction interdite: La dimension symbolique de la domination économique". *Études Rurales*, n. 113/114.
- BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loic J. D. (1992). *Réponses: Pour une anthropologie réflexive*. Paris, Éditions du Seuil.
- DUBY, Georges. (1974). "Débat". *Annales*, ano 29, n. 6.
- ELSTER, Jon. (1985), *Making Sense of Marx*. Chicago, The University of Chicago Press.
- _____. (1994). "Un Commento a Williamson". *Stato e Mercato*, n. 40.
- EVANS, Peter. (1993). "O Estado como Problema e Solução". *Lua Nova*, n. 28/29.
- FARIA, Vilmar. (1989), "Políticas de Governo e Regulação da Fecundidade: Conseqüências não Antecipadas e Efeitos Perverso". *Ciências Sociais Hoje*.
- GODELIER, Maurice. (1974). "Débat". *Annales*, ano 29, n. 6.
- GRANOVETTER, Mark. (1985). "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness". *American Journal of Sociology*, n. 91.
- _____. (1994). *Getting a Job: A Study of Contacts and Careers*. Cambridge, Harvard University Press.
- GRANOVETTER, Mark & SWEDBERG, Richard (eds). (1991). *The Sociology of Economic Life*. Boulder e San Francisco, Westview Press.
- GUERRIEN, Bernard. (1990). "Quelques réflexions sur institutions, organisations et histoire". *Economie Appliquée*, tomo XLIII, n. 3.
- HARVEY, David. (1992). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola.
- HANNAN, Michael T. & FREEMAN, John. (1989). *Organizational Ecology*. Cambridge, Harvard University Press.

- LALLEMENT, Michel. (1989). "Dialectique et Sens pratique". *Economie et Société, Série Economia* - PE n. 12.
- LAZEGA, Emmanuel. (1994). "Analyse de réseaux et sociologie des organisations". *Revue Française de Sociologie*, n. 95.
- LEVI, Margaret. (1991). "Uma Lógica da Mudança Institucional". *Dados*, vol. 34, n. 1.
- NORTH, Douglass C. (1981). *Structure and Change in Economic History*. Norton New York.
- _____. (1984). "Government and the Costs of Exchange in History". *Journal of Economic History*, XLIV, n. 2.
- _____. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press.
- MENARD, Claude. (1989). "Les Organisations en économie de marché". *Revue d'Économie Politique*, n. 6 (ano 99).
- PERROW, Charles. (1990). "Economic theories of organization". In: Zukin, Sharon & DiMaggio, Paul. (eds). *Structures of Capital: The social organization of economy*. Cambridge University Press.
- _____. (1991). "Una Sociedad de Organizaciones". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 56.
- PRZEWORSKI, Adam. (1988). "Marxismo e Escolha Racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 6.
- POLANYI, Karl. (1980). *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus.
- RANDLES, W. G. L. (1974). "La Réciprocité Bantu". *Annales*, ano 29, n. 6.
- REIS, Fábio W. & CASTRO, Mônica M. M. de. (1992), "Regiões, Classe e Ideologia no Processo Eleitoral Brasileiro". *Lua Nova*, n. 26.
- RENAULT, Michel. (1992). "L'économie institutionnaliste et la philosophie pragmatique: la nature humaine, les totalités et les valeurs". *Economies et Société, Série Economia* -HPE, n. 17.

- SALVATI, Michele. (1993). "Economia e sociologia: un rapporto difficile". *Stato e Mercato*, n. 40.
- SASSEN, Saskia. (1991). *The Global City*. Princenton University Press.
- SIMON, H. A. (1972). "Theories of Bounded Rationality". In: Radner, C. B. & Radner, R. (eds). *Decision and Organization*. Amsterdã, North Holland Publishing Company.
- SKOCPOL, Theda. (1985), *Estados e Revoluções Sociais: Análise Comparativa da França, Rússia e China*. Lisboa, Presença.
- _____. (1993). "Formation de l'Etat et politiques sociales aux Etats-Unis". *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, n. 96/96.
- THELEN, K. & STEINMO, S. (1992). "Historical Institutionalism in Comparative Politics". In: STEINMO, K. et alli (eds.), *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. Cambridge U. Press, 1992
- VALENSI, Luciette. (1974). "L'Oeuvre de K. Polanyi. *Annales*, ano 29, n. 6.
- VALENZUELA, Arturo. (1991), "A opção parlamentarista para a América Latina". *Lua Nova*, n. 24.
- VEBLEN, Thorstein B. (1965). *A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições*. São Paulo, Pioneira.
- _____. (1993). "El Lugar de la Ciencia en la Civilizacion Moderna". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 61.
- WACQUANT, Loic J. D. & CALHOUN, Craig Jackson. (1989). "Intérêt, rationalité et culture: à propos d'un récent débat sur la théorie de l'action". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 78.
- WILLIAMSON, Oliver E. (1975). *Markets and Hierarchies*. New York, Free Press.
- _____. (1989). *Las Instituciones Económicas del Capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica.

- _____. (1994). "Il dialogo tra la nuova economia istituzionale e le altre scienze sociali". *Stato e Mercato*, n. 40.
- ZELIZER, Viviana (1992). "Repenser le marché". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. n. 94.
- _____. (1989). *Pricing the Priceless Child: Changing Social Value of Children*. New York: Basic Books.
- ZUKIN, Sharon & DIMAGGIO, Paul. (1990). Introduction In: Zukin, Sharon & DiMaggio, Paul. (eds). *Structures of Capital: The social organization of economy*. Cambridge University Press.